



Anais da Assembléia

AVULSO

Curitiba, segunda-feira, 16 de abril de 1979

ANO V

A V U L S O

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

O Art. 76, da Constituição do Estado do Paraná, revogado o seu parágrafo único, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 76 — O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para todos os efeitos legais.”

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1979.—

(a) Darcy Deitos.

Apoiamento: Nelson Buffara, Mário Celso, Edilson Alencar, Renato Bernardi, Antônio Faci, Lineu Turra, Adalberto Daros, Nilso Aguarazi, Tadeu Lúcio Machado, Domício Scaramella, Deni Schwartz, Gernote Kirinus, Fiori Luiz, Del Ciel, José Tavares, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Romero Filho e Waldyr Pu-

gliesi.

JUSTIFICAÇÃO:

Servindo-se à União, aos Estados, ou aos Municípios, na qualidade de funcionário público, serve-se ao todo, ao País. Tudo é Brasil.

O esforço do servidor público, seu empenho em ser útil, sua dedicação é de proveito geral; aproveitada à coletividade, não importa onde exercite seu labor ou em que esfera o preste.

É tudo serviço público, não cabendo, no particular, delimitar fronteiras ou fazer distinção legal onde a lei superior não distingue.

É o que explica e justifica a presente emenda: o funcionário público serve a todos, qualquer que seja o âmbito, e a isso deve corresponder uma contra-prestação, isto é, não ser excluído de benefícios que lhe possam ser atribuídos em função de seu tempo de serviço.

Sabendo-se que a Carta Federal não veda expressamente a medida proposta, já adotada, inclusive, em alguns Estados, parece ser cabível e justa a emenda, para a qual encarecemos o apoio dos nobres Pares.